**Brasil se espelha nos EUA contra China**

*Juliana Rocha*

*Comitê americano analisa quais investimentos diretos podem ser feitos; Brasil já limitou venda de terra a estrangeiros*

*China é alvo pelo fato de os investimentos serem feitos por estatais, o que é considerado risco para a soberania brasileira*

O Brasil já deu o primeiro passo para restringir investimentos diretos da China, com a limitação da compra de terras por estrangeiros.

Para ampliar esse controle para outros setores, o governo busca inspiração no sistema norte-americano.

Nos EUA, um comitê chamado CFIUS (sigla em inglês para Comitê de Investimento Externo nos Estados Unidos) analisa e decide se os investimentos diretos poderão ser feitos. Lá, um dos setores protegidos é o marítimo.

Em agosto, parecer da AGU (Advocacia-Geral da União) definiu que a União pode limitar a venda de terras para estrangeiros a no máximo três módulos rurais (medida que varia de 5 a 100 hectares, um minifúndio), o que já está valendo.

Antes, a interpretação era que não havia limite para nenhum tipo de investimento.

Até maio deste ano, o Incra registrou que 213 propriedades rurais do país são propriedade de chineses. Mato Grosso registra a maior área rural de pessoas físicas ou empresas da China, de mais de 6.000 hectares.

No futuro, a restrição pode ser contra diversos países, mas hoje a China é o alvo principal por dois motivos. Primeiro, a maioria dos investimentos é feita por estatais, ou seja, pelo governo chinês, um risco para a soberania brasileira.

Segundo, o país asiático pode passar a produzir no Brasil o que hoje importa de empresas brasileiras, como o minério e a soja.

Um dos alertas veio da África, onde a China é agressiva na compra de terras.

**CUIDADOS**

O presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), José Augusto de Castro, diz que o controle será bem-vindo. Ele diz que os setores prioritários para o Brasil devem ser protegidos, mas o governo tem que tomar cuidado para não criar algum dano econômico.

Um assessor da equipe econômica defende limites para investimentos em telecomunicações. Ele argumenta que é um risco à soberania nacional uma estatal de outro país controlar o fluxo de informações no Brasil.

**INFRAESTRUTURA**

A restrição deveria chegar também aos projetos de infraestrutura, mas ele admite que o Brasil ainda precisa de muitos investimentos nessa área. A China já anunciou, por exemplo, a participação em projetos de energia.

Um diplomata brasileiro que participa das negociações comerciais defende, ainda, restrições no setor automobilístico, uma das mais fortes indústrias no Brasil. Em setembro, a montadora chinesa Chery anunciou que abrirá fábrica em São Paulo.

O controle de investimentos diretos é usado por países desenvolvidos. Relatório da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) descreve que são usados mecanismos formais e informais na defesa no fluxo de investimentos diretos por países do bloco.

São mecanismos que protegem a soberania e os interesses econômicos nacionais, principalmente nas áreas de telecomunicações, transporte e eletricidade.

**Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 16 out. 2010, Mercado, p. B4.**